



Pesquisa de campo com “beneficiárias” em situação de “descumprimento” da condicionalidade da educação no programa Bolsa Família

Field research with “beneficiaries” in “noncompliance” situation of conditionality’s education in Bolsa Família program

Isabela Vianna Pinho^a

Resumo

No presente texto busco apresentar resultados preliminares da pesquisa de conclusão de curso em Ciências Sociais, ainda em andamento, além de relatar a experiência de estágio como entrevistadora do Cadastro Único na cidade de São Carlos, onde atuo desde agosto de 2014. Durante este relato, apresento como tal experiência colocou questões e inquietações que se transformaram em problemas de pesquisa, cujo foco principal se deu nas mulheres “beneficiárias” em situação de “descumprimento” da condicionalidade da educação do programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Bolsa Família; Cadastro Único; condicionalidades; educação; beneficiárias.

Abstract

In the following text I seek to present preliminary results of a research due the conclusion of social science course still in progress, in addition to report the experience of my internship as an interviewer of Cadastro Único in São Carlos city since 2014 August. During this report, I show how this experience as an interviewer revealed questions and concerns that have become research problems, whose main focus was given on the “beneficiaries” women in situations of “noncompliance” conditionality of education in the Bolsa Família program.

Keywords: Bolsa Família; Cadastro Único; conditionalities; education; beneficiaries.

^a Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil. Contato: isaviannapinho@hotmail.com



Estágio no Cadastro Único

Sou estagiária desde agosto de 2014 da Secretaria de Assistência Social e Cidadania na cidade de São Carlos, localizada no interior do estado de São Paulo, onde atuo como entrevistadora no Cadastro Único¹. Em 18 meses, cadastrei, entrevistei e orientei milhares de pessoas em situação de “vulnerabilidade social”, o que também me permitiu conhecer parcialmente a rede de serviços e programas no município.

O primeiro contato das pessoas com as políticas assistenciais se dá pelos Centros de Referência Social (CRAS) e, também, na sede da secretaria, onde são elas inscritas no Cadastro Único por entrevistadores – atualmente, somos três mulheres e quatro homens graduandos de Ciências Sociais. Neste setor, trabalha ainda uma funcionária de carreira no cargo de chefe da seção dos programas de transferência de renda. A secretária municipal, motoristas, assistentes sociais, a funcionária de limpeza, etc., também circulam cotidianamente na sede da secretaria.

Desde que entrei no Cadastro, algumas mudanças são perceptíveis como, por exemplo, a rotatividade das pessoas. Logo no início, entrei com cinco estagiários novos e nos juntamos a mais quatro antigos que já trabalhavam no setor. Como chefe, a mesma que estava naquele período hoje não se encontra mais, pois saiu no período de exoneração dos cargos comissionados em novembro de 2015. Os estagiários antigos saíram quando terminaram os contratos e outros entraram para substituí-los. Minha chefe atual entrou alguns meses antes da antiga sair. As duas possuem perfis completamente diferentes, o que faz com que a rotina, tanto entre funcionários como com “usuários”, mude consideravelmente.

Em uma mesa na entrada da secretaria se encontram dois funcionários para receber todos que ali entram. Eles tiram dúvidas, pegam encaminhamentos de cestas básicas e dão senhas a aqueles que desejam algo referente ao cadastro. Estes devem aguardar – até que sejam chamados por ordem de senha – em um ambiente onde perpassam diferentes sons e cheiros.

Há uma mistura de sons no ambiente da secretaria, como do painel de senha, crianças brincando, bebês chorando, pessoas que conversam enquanto aguardam, vans e carros da prefeitura que entram e saem da garagem, portas que se abrem e fecham, toques de telefones, de teclados dos computadores, de impressoras, ruídos de ventilador, de ar condicionado, de carrinhos com cestas básicas, barulhos de louça ou do micro-ondas que esquentam as marmitas na cozinha. Logo cedo, o cheiro de café preparado pela funcionária da limpeza – que insiste em afirmar não ser a sua função fazê-lo – invade o ambiente. No horário do almoço, os cheiros de marmitas sendo esquentadas também são percebidos. Algumas pessoas trazem fortes odores que por ali ficam. Ademais, o calor não passa despercebido fora e dentro do cadastro.

Uma parede com janelas de vidro separa os estagiários das pessoas que aguardam. Quando entram na sala do cadastro, são atendidas em alguma das sete baias, cada qual com mesa e computador, duas cadeiras de um lado para usuários, e uma do outro, destinada a um dos entrevistadores. É muito comum as pessoas virem acompanhadas, o que faz com que algumas fiquem em pé. A sala da gestora fica ao lado da nossa, onde temos acesso por uma porta diferente da outra que dá para o lado de fora.

A nós, estagiários, cabem diferentes tarefas. As mais frequentes são as inscrições e atualizações (no Bolsa Família se impõe o cadastro atualizado por no máximo dois anos e toda vez que qualquer mudança ocorrer, como endereço, renda, escola ou composição na família, a pessoa deve comparecer antes). É necessário ao responsável trazer os documentos originais de todos os integrantes da família e responder as perguntas do entrevistador. São também

¹ Quando faço referência ao Cadastro Único, existem duas diferenças: o espaço físico de atendimento dentro da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social ou o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que, segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Social, “É um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.” Mais detalhes ver Brasil (2016b).



cadastradas outras pessoas com perfil distintos, vez que outros programas sociais (Renda Cidadã, Amigo do Idoso, Ação Jovem, Cartão-Alimentação, etc.) assim exigem.

Entregamos diversas declarações para descontos nas contas de luz e água, descontos em viagens interestaduais para idosos, alíquota reduzida para o pagamento do INSS de donas de casas, de isenção de IPTU e da taxa de inscrição para concursos públicos. A Prohab (Progresso e Habitação de São Carlos) também utiliza o Cadastro Único para avaliar a situação das famílias que participam de seus programas habitacionais, bem como os postos de saúde para avaliar as famílias que recebem ou querem receber leite para seus filhos. A prefeitura também exige o cadastro às pessoas que se interessam pelos cursos gratuitos oferecidos, além daquelas que moram em assentamentos.

Como se pode notar, há muitos casos nos quais a população dirige-se a nós, de modo que o fluxo na secretaria seja, quase sempre, muito alto. Entretanto, alguns fatores podem interferir no fluxo: o clima é um deles. Quando chove ou a temperatura está mais baixa, o fluxo é muito menor. Logo após os sorteios das casas do programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, a quantidade de pessoas cresce significativamente. No último sorteio, as pessoas chegavam de madrugada para conseguir pegar senha, ocorriam brigas, alguns passavam mal por ficar no sol ou por nervosismo.

Geralmente às sextas-feiras não fazemos atendimento ao público: reserva-se o dia para o trabalho burocrático, como arquivar papéis, visitas domiciliares e cadastramento nos CRAS da cidade.

O programa Bolsa Família e suas condicionalidades

O Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda criado em 2003 pelo governo federal que visa promover o alívio imediato da pobreza, o acesso a direitos sociais básicos e desenvolvimento das famílias para superar situações de “vulnerabilidade social” (GEORGES; CEBALLOS, 2014, p. 515). Os públicos alvos são as famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e o que define esses dois patamares são suas rendas per capita². O valor que cada família recebe depende da composição familiar (número de pessoas, idades, presença de gestantes) e da renda. As pessoas que desejam participar, devem se inscrever nos setores responsáveis pelo Cadastro Único nas cidades que residem – geralmente são os CRAS responsáveis ou, como no caso de São Carlos, a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2016a), as condicionalidades do Bolsa Família consistem em alguns compromissos das famílias beneficiárias, bem como do poder público em garantir a oferta e qualidade de serviços na saúde³, educação e assistência social. Referente à área da educação, foco de minha pesquisa, os responsáveis familiares devem matricular todas as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola e a frequência escolar deve ser de, no mínimo, 85% para quem possui de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 a 17 anos.

O monitoramento das condicionalidades deve ser feito pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) através de gestão em parceria entre eles. São aplicados efeitos gradativos nas famílias que se encontram “em descumprimento” das condicionalidades. Primeiro a pessoa recebe uma advertência em seu extrato bancário ou por correspondência, o que não afeta seu benefício. Se, no período de até seis meses, o descumprimento se repete, há o bloqueio

² Famílias dentro do perfil do programa são aquelas com até 77 reais mensais de renda por pessoa ou entre 77,01 e 154 reais mensais, desde que tenham em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

³ Na área da saúde, as crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas, fazer pesagem, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento. As mulheres gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas médicas.



do benefício (a família fica sem receber por um mês e este pode ser sacado no próximo). Se depois de bloqueado, ocorrer novo descumprimento no período de seis meses, o benefício é suspenso por dois meses sem possibilidade de reaver as parcelas. O último e mais grave efeito é o cancelamento que só deve ocorrer após a família ter passado por acompanhamento da assistência social.

Problema de pesquisa e metodologia

Há algum tempo a questão das condicionalidades do Bolsa Família, mais especificamente a relacionada à educação, tem me provocado uma certa inquietação analítica. É muito frequente a presença ao nosso setor de famílias “em descumprimento” por falta de alguma criança ou adolescente à escola. Na grande maioria dos casos cabe às mães a tarefa de explicar o porquê de seus filhos faltarem às aulas, justificando com atestados médicos, laudos, etc. Ou narram ainda outros problemas enfrentados que justificariam as ausências dos filhos.

Nesses casos, somos orientados a falar que as crianças não devem faltar de jeito nenhum e, se estiverem doentes, que levem atestado ao responsável na escola. Caso as mães façam isso e, mesmo assim, tiverem o benefício bloqueado ou caso tenham tido outro problema mais grave, devem procurar a Secretaria da Educação e devem falar com a Maria⁴ (nome que sempre aparece como responsável por resolver tais questões, pessoa sobre a qual não possuo mais informações, portanto, não tenho conhecimento da continuidade deste processo). Recebemos orientação para falar algo como: “Seu benefício está bloqueado por falta do seu filho à escola, você não pode deixá-lo faltar” ou “Se o seu filho continuar faltando à escola, seu benefício será cancelado”.

Quanto à fala dos pais, geralmente mulheres, pude observar diversas situações que explicam as faltas dos filhos às aulas. Frequentemente, muitas mães nos relatam diferentes casos que justificam o não comparecimento de seus filhos. Os mais comuns são problemas de saúde e falta de vagas nas escolas próximas de suas residências. Outros empecilhos como transporte, greves, gravidez, drogas, falta de interesse, *bullying*, problemas psicológicos, morte de familiar e falta de atenção nas chamadas em sala também podem ser observados.

O problema de pesquisa surgiu da experiência de estágio, onde se pode destacar o surgimento, em mim, de: (a) inquietações quanto à altíssima frequência de casos de mães a nós encaminhadas por estarem em descumprimento com as condicionalidades da educação, (b) incômodos com as falas de gestores, estagiários e assistentes sociais que soam como punitivas e repressivas em relação às mesmas.

O recorte da pesquisa, como já mencionado, está na condicionalidade da educação, por serem seus “descumprimentos” mais frequentes quando comparados aos da saúde. Embora as pessoas também façam todo o acompanhamento nos postos de saúde e nós, estagiários, tenhamos que alertá-las quanto a isso, as condicionalidades da saúde causam menos bloqueios ou suspensões do benefício que as da educação.

No que se refere à estrutura da pesquisa, pretendo incluir duas dimensões na monografia. Primeiro, uma revisão bibliográfica, com os contextos de implantação e desdobramento do programa Bolsa Família e os embates teóricos, políticos e técnicos sobre a temática. Segundo, uma dimensão etnográfica, com trabalho de campo, onde descrevo o ambiente de estágio como entrevistadora do Cadastro Único e relato também algumas situações de entrevistas com “beneficiárias” ligadas, de alguma forma, às condicionalidades da educação.

A hipótese subjacente a este texto é a existência de uma possível falta de sincronia entre os princípios norteadores do programa referente às condicionalidades, como por exemplo, o

⁴ Nome fictício.



maior acesso aos direitos básicos e a prática cotidiana vivida pelos agentes envolvidos na rotina do Cadastro Único.

Aqui, a etnografia é feita através do meu lugar de entrevistadora do Cadastro Único e, simultaneamente, como estudante pesquisadora, em trabalho de campo. Encontrei dificuldades para descrever as situações de entrevistas porque sempre me encontrava no horário de trabalho e outras pessoas aguardavam ser atendidas. Geralmente, anoto alguns dados e depois escrevo o que me lembro nos horários livres ou quando chego em casa. O fluxo de pessoas, portanto, é determinante e, quando alto, pode enfraquecer a descrição das entrevistas.

Também encontrei dúvidas quanto a questão ética, sobre o que eu poderia ou não escrever na descrição do campo, já que realizo a pesquisa no meu ambiente de trabalho, sem o conhecimento das pessoas entrevistadas, sem elas saberem que possuo esse “duplo papel” de pesquisadora e entrevistadora.

A escolha de alguns casos em detrimento de outros visou certa heterogeneidade, por isso as justificativas repetidas foram descartadas neste relato. As falas mais curtas também foram suprimidas por apresentarem menos detalhes na descrição. Algumas vezes as conversas entre cadastrador e beneficiário fluem, outras vezes não. Isso depende de cada beneficiário, do meu próprio cansaço, ou das filas. Se estas estão grandes, tentamos não demorar muito na entrevista. Após ter decidido sobre esse tema, fico mais atenta às falas e faço mais perguntas.

Como os bloqueios e suspensões são feitos em certos períodos do ano, há épocas que quase nenhuma mãe vai ao cadastro por esse motivo. Por outro lado, quando chega o período de “punições”, principalmente no final do mês quando os benefícios são liberados, muitas chegam acompanhadas de “cartinhas” ou extratos bancários que notificam a elas o bloqueio ou suspensão do benefício. No meio de março de 2016 até o final deste mês, por exemplo, muitas mães “em descumprimento” se destinaram a nós por falta dos filhos nos meses de outubro ou novembro. Estes períodos enriquecem a pesquisa porque consigo descrever muitas situações diariamente.

Descrevo a seguir algumas situações de entrevistas no ambiente do Cadastro. Nos casos das visitas domiciliares e da palestra no CRAS relatadas abaixo, as falas foram destinadas a minha chefe que eu acompanhava, todas as outras são situações que descrevo algum atendimento habitual no Cadastro, com falas entre eu e as beneficiárias. As entrevistadas são, em sua totalidade, mulheres, as quais coloquei nomes fictícios, iniciados com “Maria”. Tal decisão tem como finalidade a garantia do anonimato aos sujeitos envolvidos.

Maria das Graças

Todo ano o governo federal cruza as informações do cadastro com outras bases de dados e, quando é encontrada alguma divergência, as famílias são notificadas. Durante este processo, uma lista com alguns nomes de beneficiários foi enviada à chefe do setor, com o propósito de fazer visitas domiciliares àquelas pessoas que ali constavam. Portanto, no dia 15 de junho de 2015, fui com ela visitar algumas casas localizadas no bairro Santa Angelina para observar a situação daquelas famílias e pedir que fossem atualizar seus cadastros.

O que me marcou naquele cenário foram as casas, que apresentavam semelhanças e diferenças específicas. Saltou aos olhos, a princípio, a falta recorrente de campainha e a constante presença dos animais de estimação, não havia ordem na numeração, alguns números eram feitos à mão com tinta spray e não vi nenhuma placa que ajudasse na localização, o que dificultou um pouco nosso trabalho. As variações, como o piso, pintura, acabamento, portão elétrico, tamanho, carro na garagem, também se faziam presentes pontuando contrastes. Entre dez casas que tentamos contato, conseguimos falar apenas com quatro moradores diferentes,



pois muitos não estavam ou não atenderam. Dentre essas quatro visitas, relato dois casos a seguir que cabem no enfoque deste trabalho.

Ao chegarmos a uma das casas, Maria das Graças, uma senhora com aproximadamente setenta anos estava na porta com o seu cachorro. Identificamo-nos e ela nos pediu que entrássemos. Havia dois carros na garagem que rapidamente justificou ser dos vizinhos, pois alugava mensalmente aquelas vagas pela quantia de cem reais. Ficamos na cozinha enquanto fazíamos perguntas referentes à sua renda e, entre um dos assuntos, comentou que sua neta de 14 anos tinha acabado de ter um filho, estava de licença maternidade e em agosto voltaria às aulas, o que estava preocupando-a. “*A Tamara teve um filho agora, ela tem 14 anos, como vai cuidar do bebe e vai pra escola? Já já cortam meu Bolsa Família porque ela vai precisar faltar.*”

Maria de Lourdes

No mesmo dia relatado acima, fizemos outra visita domiciliar ao bairro Santa Angelina com o mesmo propósito. Quando chegamos à outra residência que constava na lista, havia aparentemente cinco pessoas do lado de fora, sentadas e conversando. Perguntamos pela responsável familiar que logo se identificou e perguntou se gostaríamos de entrar. Ao entrarmos na casa, ficamos em pé na cozinha por uns dez minutos conversando sobre sua situação no Cadastro. Entre algumas falas, Maria de Lourdes nos perguntou sobre a questão da greve estadual dos professores que estava afetando as aulas do seu filho, como apresento a seguir:

Meu benefício está suspenso, a escola está em greve, não tem aula. Meu filho vai e não tem aula. Como fazer com uma situação dessas? Ele tem aula até as nove horas e depois a escola não deixa ir embora, mas o menino quer ir! Eu vou buscar, o que posso fazer?

Maria Aparecida

Geralmente às sextas-feiras não fazemos atendimento ao público. Logo, no dia 22 de maio de 2015, sexta-feira, fomos ao CRAS no distrito Santa Eudóxia⁵, que tem a cidade de São Carlos como distrito-sede. Saímos da Secretaria com uma van da prefeitura. O grupo era formado por mim e mais três estagiários, nossas duas chefes (antes tínhamos duas, uma delas foi exonerada do cargo) e o motorista. O trajeto durou cerca de quarenta minutos percorridos por paisagens bonitas e, chegando lá, conhecemos a assistente social e algumas beneficiárias daquele distrito. Estava marcada uma palestra que seria dada por uma de nossas chefes para as pessoas ali presentes (todas eram mulheres, provavelmente beneficiárias e algumas estavam com seus filhos pequenos). Além da palestra, o propósito da ida até o local era de recadastrar algumas famílias, já que este distrito se localiza distante da Secretaria, o que pode impossibilitar a vinda das beneficiárias até nós. Durante a palestra, algumas mulheres fizeram perguntas, Maria Aparecida levantou sua mão e disse:

Meu filho teve dengue, ficou mal por duas semanas, o levei no hospital, peguei atestado, mas o médico só deu quatro dias. Como ia levar o menino mal pra escola?

⁵ CRAS localizado no distrito de Santa Eudóxia, o qual faz parte do município de São Carlos e está localizado ao nordeste, a 28 km do distrito-sede e possui uma população aproximada de 3.200 pessoas.



Maria Madalena

Em algum dia qualquer de atendimento no cadastro, Maria Madalena sentou em uma das cadeiras de atendimento e me disse que sua filha apresentava problemas com colegas de sala e, por esse motivo, não queria mais frequentar a escola. “*Minha filha não quer mais ir à escola, os colegas de sala estão falando que ela tem cabelo ruim. Vou pegar esses moleques!*”. Quando perguntei se ela falou com algum responsável, disse que sim e que nada tinha adiantado.

Maria das Dores

Em junho de 2015, durante um dia normal de atendimento ao público, Maria das Dores, com aproximadamente trinta anos e um filho pequeno de dois, senta em uma das cadeiras localizadas na baia que eu estava e me pergunta se, para falar com a Maria da Secretaria da Educação, precisaria marcar horário. Perguntei a ela se eu não poderia ajudar e, então, ela comentou que estava com o benefício suspenso e explicou sua situação:

Meu filho não se sente bem na escola. Marquei consulta com psiquiatra pra ele, pra ver se tem alguma coisa. Eu o levo na escola, dá cinco minutos e preciso buscá-lo porque ele não ta passando bem, chego à escola e as vezes está até pálido. Ele chora pras professoras que não quer ficar na escola. Essa semana se ele foi uma vez na escola é muito. Eu preciso tanto desse bolsa família. Ele chega à escola e começa a chorar.

Maria Vitória

No começo de dezembro de 2015, Maria Vitória veio até o cadastro atualizar seu endereço e pegar declaração para desconto do IPTU. Quando perguntei a ela desde quando recebia o benefício, disse que fazia bastante tempo, mas que já tinha sido bloqueado muitas vezes por falta da sua filha na escola, esta que não possuía um rim e sentia-se mal frequentemente. Por curiosidade, perguntei a ela se as assistentes sociais não faziam nenhum acompanhamento e ela respondeu que muitas vezes já foram à sua casa, mas não pelo motivo das faltas, sim por sua situação econômica. Também afirmou que já conhecia minha chefe e a funcionária da Secretaria da Educação. Maria Vitória também disse ir sempre ao médico, mas eles não davam atestados e, então, as faltas às aulas de sua filha eram computadas.

Maria Josefa

É comum o governo enviar cartas às famílias “em descumprimento”. Em dezembro de 2015, foram enviadas algumas, o que fez com que mães chegassem até nós justificando logo de início a falta de seus filhos, como mostro no exemplo de Maria Josefa abaixo.

Recebi uma “cartinha” em casa falando que minha filha de 16 anos está faltando na escola. Ela tem um filho pequeno de 1 ano e 7 meses, o leva pra creche de manhã e ela também vai à escola cedo. Mas como ele é pequeno, tem que buscá-lo muitas vezes na creche, pois fica doente, etc. Por esse motivo ela teve algumas faltas.



Maria de Fátima

Era uma manhã de terça-feira em fevereiro de 2016. Quando chamo a segunda senha do dia, chega Maria de Fátima dizendo “gostaria de atualizar meu Bolsa Família”. Pergunto a ela com quem mora e ela afirma residir com os pais e uma filha. Quando abro seu cadastro noto que as informações de seus pais não constam ali. Informo a ela que deve trazer seus documentos para adicioná-los. “Na verdade eu moro em um quatinho nos fundos porque tenho depressão e prefiro ficar sozinha. Conheço sua chefe e ela sempre abre uma exceção pro meu caso porque conhece minha história.”

Maria de Fátima tem três filhos. O maior, de 19 anos, já casado, pai de uma menina há apenas 13 dias e, segundo suas palavras, “envolvido no tráfico”. O filho do meio, com 15 anos, havia acabado de sair da Fundação Casa. A filha menor tinha seus 11 anos, a qual teceu elogios por sempre ir à escola. Pelas suas falas pude observar que Maria de Fátima era conhecida nas instituições de assistência pelo seu histórico de contínuas agressões de seu ex-marido, este que já havia quebrado seu braço e já quase a tinha matado devido às constantes agressões.

Toda vez que consigo um emprego, ele vai lá me bater. Na última vez trabalhava numa loja de brinquedos no shopping, ele entrou lá e me espancou. Meu chefe me demitiu, disse que eu era uma ótima funcionária, mas não podia continuar ali por se tratar de uma loja com crianças e ter risco de que ele volte e algo aconteça.

Durante as perguntas feitas por mim, ela foi contando histórias de mais agressões, da fiança que seu ex-marido pagou para sair da prisão, de um namorado que foi ameaçado pelo agressor e a deixou, de seu pai de 75 anos que a acompanha em todos os lugares por medo de acontecer algo. Quando perguntei da sua escolaridade, ela disse: “Eu me formei há pouco tempo, consegui realizar esse sonho. Mas no dia da minha formatura ele acabou comigo.”

Sobre seu filho do meio, Maria de Fátima afirmou ter saído da Fundação Casa há pouco tempo e que agora residia com ela. Disse também que o menino estava se tornando violento, depois que conviveu algum tempo na casa do pai e presenciou cenas de agressões contra a nova esposa que vivia com ele. Seu filho não queria frequentar a escola, o que estava lhe causando “dores de cabeça”. “Eu não vou colocar o menino no Bolsa Família, ele não quer ir pra escola. Se eu colocar ainda vou perder o benefício por sua causa.”

Maria de Jesus

No dia 23 de março de 2016, logo pela manhã, chamo a próxima pessoa a ser atendida. Dirige-se à minha baia Maria de Jesus, idade próxima há 30 anos, cor parda, separada, faxineira e mãe de três filhos: um menino de 13 anos, uma menina de 15 e outra de 18.

Sobre o filho de 13 anos, nada foi dito. A filha de 15 seria o motivo pelo qual a beneficiária estava ali e, a maior dos três, que aguardava do lado de fora do cadastro, parecia ter alguns problemas relatados pela mãe por não ter terminado a escola e não querer mais estudar ou trabalhar, além de, nas palavras da mãe: “De vez em quando fumar maconha, andar com más companhias e não quer fazer nada”.

Referente ao ex-marido, pai dos seus filhos, Maria de Jesus fez uma fala rápida, afirmando ter se separado porque apanhava e ele o ameaçou certa vez com faca, o que a fez desistir do casamento e, com pedido do juiz, o mesmo foi obrigado a sair de casa.

A beneficiária recebeu uma carta do governo federal, a qual estava escrita que sua filha de 15 anos havia faltado em outubro e seu benefício foi bloqueado por esse motivo.



Minha filha tem 15 anos e já tem “marido” (o qual tem 24 anos), foi morar com ele e com a sogra. Não quer ir à escola. Eu não sei o que eu faço. Trabalho em Araraquara, não tenho como ver todos os dias se ela foi ou não. Eu ligo e ela diz que está lá. Ela vive faltando, vai, não vai, já canso de brigar. Toda vez é isso daí, bloqueiam meu cartão por causa dela. Esse dinheiro me ajuda pra pagar uma luz, uma água. Eu fico sem, e aí, o que eu faço?

A beneficiária logo perguntou se eu poderia tirar a filha do cadastro, já que não morava mais na sua casa e causava esses problemas relacionados às faltas. Mesmo sabendo que não podemos tirar, resolvi chamar minha chefe que se dirigiu à baía para conversar com a mesma, perguntou então, quando a menina completaria 16 anos (pelo fato de que, o/a jovem com 16 anos que ultrapassa a frequência mínima escolar permitida, apenas tem seu benefício jovem cortado e não todo o benefício da família). Maria de Jesus respondeu que só no fim de novembro. Em seguida, minha chefe explicou que não pode tirar do cadastro pela filha ser menor de idade e que talvez fosse melhor a mãe passar a guarda à sogra, ou então, tentar conversar com ela para isso não continuar acontecendo.

Resultados preliminares

As considerações abaixo são referentes à pesquisa de conclusão de curso ainda em andamento e apenas à rotina do Cadastro Único, além de poucas visitas aos CRAS ou domicílios. Não conheço, portanto, todo o processo de gestão das condicionalidades na cidade de São Carlos, somente parte dele.

Durante todo este período no estágio, pude perceber, através das falas das mães, que as faltas dos seus filhos à escola parecem se referir às insuficiências de outras políticas sociais: trabalhistas, previdenciárias, de saúde, de educação, de transporte e assistência social. Porém, as insuficiências ou falhas são atribuídas, não raro, à negligência ou falta de cuidado das mães. Pode-se observar também a existência de uma forma de triagem dentro da rotina da Secretaria entre mães boas e ruins: aquelas que cumprem “certinho” as condicionalidades merecem receber o benefício, as que não, são negligentes e devem ser punidas para não repetir o erro.

Parece existir, portanto, certa distorção entre a proposta governamental das condicionalidades e as práticas institucionais, uma questão meritocrática envolvida na execução do programa, uma lógica punitiva, disciplinadora e de sanção aos “beneficiários” no que se refere, pelo menos, às falas dos gestores e entrevistadores do Cadastro Único.

A responsabilização recai sobre as mães, não sobre a execução das políticas públicas de educação, saúde, assistência social, etc. A monitorização em si mesma, parece aplicada apenas aos “beneficiários”, então tanto às políticas e ao poder público como concebido.

Pode-se afirmar que é a mulher – na condição de mãe, dentro da lógica conservadora da divisão do trabalho e da disposição feminina para o cuidado – quem recebe as orientações dadas pelo governo para cumprir o dever parental de garantir a educação e a saúde dos filhos.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Bolsa Família*. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 20 fev. 2016a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadastro Único*. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>>. Acesso em: 20 fev. 2016b.



GEORGES, I. P. H.; CEBALLOS, M. Bolsa familia y la asistencia social en Brasil: de la lucha política a la mercantilización local. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 513-529, 2014.

Recebido: 22 fev., 2016
Aceito: 28 mar., 2016